
Acessibilidade comunicacional de pessoas surdas em instituições religiosas do Distrito Federal¹

Déborah de Araújo Caldas²
Felipe Lins Gonçalves³
Gabriela Serafim Paes de Barros⁴
Rian Lucas Pereira Rodrigues⁵
Vitor Costa Marques⁶
Weverton Kawan de Sousa Ximenes⁷

Universidade de Brasília - UnB
Elen Cristina Geraldes⁸

Resumo

Este artigo tem como tema a acessibilidade comunicacional para pessoas surdas em instituições religiosas do Distrito Federal. Por meio de pesquisa de campo em quatro organizações, revisão bibliográfica, análise documental do Estatuto da Pessoa com Deficiência e entrevistas, busca identificar o compromisso dessas igrejas com a comunicação inclusiva, expressa na presença de intérpretes da Linguagem Brasileira de Sinais, cursos de Libras e outros mecanismos contínuos e planejados de acolhimento desse grupo na comunidade. Os resultados indicam que há organizações que já avançaram na prática da comunicação inclusiva, mas há necessidade de amadurecimento do tema nas igrejas, com ações como parcerias com universidades para realização de cursos e preparo dos locais de culto para acolher com respeito esse grupo.

Palavra-chave: Comunicação Inclusiva, Instituições Religiosas; Acessibilidade; Surdos; Libras.

¹ Trabalho apresentado na GP – comunicação organizacional, IJ07 da Intercom Júnior – 20ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: deborah.caldas_2410com@fac.unb.br

³ Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: felipe.goncalves_2410com@fac.unb.br

⁴ Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: gabriela.barros_2410com@fac.unb.br

⁵ Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: rian.rodrigues_2710com@fac.unb.br

⁶ Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: vitor.marques_2410com@fac.unb.br

⁷ Estudante de Graduação, 3º Semestre, do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: weverton.ximenes_22unb@fac.unb.br

⁸ Orientadora do trabalho e professora do Curso de Comunicação Organizacional da Faculdade de comunicação da Universidade de Brasília – UnB, e-mail: elenger@unb.br

Introdução

A acessibilidade comunicacional é um direito fundamental previsto em legislações nacionais que asseguram às pessoas com deficiência o pleno exercício da cidadania, incluindo o direito à participação religiosa. No Brasil, embora avanços legais tenham sido conquistados, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), ainda há desafios significativos quanto à efetivação desses direitos no cotidiano institucional, especialmente no contexto das organizações religiosas. A comunicação inclusiva, elemento central para a integração social da comunidade surda, muitas vezes é negligenciada em espaços de manifestações religiosas, o que pode gerar exclusão e silenciamento simbólico de sujeitos surdos.

Com o intuito de aprofundar essa reflexão, foram procuradas quatro instituições religiosas do Distrito Federal e entorno, a fim de compreender como cada uma lida com a questão da acessibilidade: a Igreja Memorial Batista de Brasília (905 Sul), a Paróquia São Sebastião (Gama), a Assembleia de Deus Cruzeiro do Sul (ADCRUS, Valparaíso) e o Centro Espírita André Luiz (GuaráI). A diversidade de tradições e práticas observadas nessas instituições permite uma análise mais abrangente dos caminhos possíveis para a inclusão de pessoas surdas no ambiente religioso.

Objetivos

Este trabalho tem como objetivo geral investigar de que maneira a atuação das instituições religiosas contribui para a promoção da acessibilidade comunicacional e do direito à participação religiosa de pessoas surdas, analisando sua relevância no direito à acessibilidade. Os objetivos específicos incluem compreender o papel das instituições religiosas na inclusão de pessoas surdas, identificar práticas e estratégias adotadas por essas entidades, analisar e refletir sobre os impactos dessas ações no exercício da fé, no pertencimento comunitário e na cidadania religiosa dos surdos.

Ao problematizar a presença surda nas comunidades de fé, o estudo busca contribuir para o campo da comunicação inclusiva, definida como uma comunicação voltada para incluir pessoas e grupos com diferentes deficiências (sensoriais, motoras, intelectuais etc)

e para o fortalecimento de práticas institucionais comprometidas com a diversidade, a equidade e a dignidade de todos os fiéis.

Fundamentação teórica

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a surdez, ou perda auditiva, é uma Condição em que a capacidade de ouvir sons está parcial ou totalmente comprometida. Ela pode Variar de leve a profunda e afetar um ou ambos os ouvidos. A surdez pode ter várias causas, Como genética, doenças, exposição a ruídos excessivos ou medicamentos ototóxicos.

Tendo em vista que alguns cidadão brasileiros nascem com deficiências, dentre elas a surdez, Foi criada, no dia 6 de Julho de 2015, a Lei Nº 13.146, intitulada de Lei Brasileira da Inclusão Da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. De acordo com o artigo 1º deste estatuto, a função do estatuto é “assegurar e promover, em Condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com Deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.” (Brasil, 2015)

Nesse sentido, o estatuto aborda o direito à acessibilidade no artigo 53, como o direito que Garante à pessoa com deficiência “viver de forma independente e exercer seus direitos de Cidadania e de participação social.”(Brasil, 2015). Além disso conceitua o termo, no artigo 3º, Como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e Autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, Transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e Tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao Público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana Como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Brasil, 2015)

Diante desse conceito, é intrínseco que o acesso a instituições religiosas é um direito das pessoas com deficiência, visto que são serviços abertos ao público. Ao encontro desta afirmação, o artigo 4º da Lei diz que “Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.”

No caso das pessoas surdas ou com grave deficiência auditiva, uma das possibilidades de realizar uma comunicação inclusiva é a utilização da Língua de Sinais Brasileira, a Libras. A Libras foi criada no século XIX, a partir da influência da Língua de Sinais Francesa (LSF), trazida pelo francês Ernest Huet, que veio ao Brasil a convite do imperador Dom Pedro II para criar um sistema de educação para surdos.

Ela nasceu como uma forma natural de comunicação entre pessoas surdas, muito antes de haver um reconhecimento formal ou institucional dela. Cada país ou região desenvolveu sua própria língua de sinais, como ASL (American Sign Language) nos EUA, LSF (Langue des Signes Française) na França e BSL (British Sign Language) no Reino Unido. Essas línguas têm gramáticas próprias, diferentes das línguas faladas nos respectivos países.

As políticas de comunicação das organizações devem assegurar os meios, as técnicas e as estratégias de comunicação a fim de que as organizações alcancem seus objetivos em diálogo com seus valores (Bueno, 2009). No caso de organizações religiosas, essas políticas devem assegurar a acessibilidade para pessoas surdas por meio da implementação de recursos, normas e práticas que eliminem barreiras de comunicação. Devem garantir, portanto, que as pessoas surdas tenham acesso à informação de forma adequada às suas necessidades linguísticas e sensoriais, promovendo uma comunicação inclusiva. Segundo Strobel, K. (2008). "Surdez e Identidade Surda", a surdez deve ser compreendida a partir de uma perspectiva sociocultural, onde a Libras é um elemento central da identidade surda, e a comunicação acessível é um direito, não uma concessão.

As políticas de comunicação em prol da acessibilidade das pessoas surdas exigem a inclusão de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em eventos públicos, transmissões televisivas, conteúdos institucionais e serviços essenciais. Isso permite que pessoas surdas compreendam informações transmitidas oralmente. Também devem, se possível, usar materiais com legendas em tempo real (closed caption) em programas, vídeos e transmissões. As legendas permitem que pessoas surdas acompanhem o conteúdo falado por meio da leitura.

Comunicação inclusiva na prática

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS 2019) indicou que existiam, na época, cerca de 17,8 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, sendo 2,8 milhões com deficiência auditiva. Assim, identificaram que 22,4% dos portadores de deficiência auditiva, entre 5

e 40 anos, que têm muita dificuldade ou que não conseguem ouvir, sabiam utilizar a Língua brasileira de sinais (Libras). Já nos dias atuais, o IBGE afirma que 5% da população brasileira é surda, cerca de 10 milhões, o que representa um aumento significativo desde a PNS realizada em 2019.

Ao analisar o âmbito religioso, percebe-se pouca participação de pessoas surdas. O IBGE concluiu que menos de 1% dos surdos são cristãos. Além disso, não existem dados estatísticos a respeito de quantos surdos são adeptos de religiões com matriz africana, judeus, budistas e muçulmanos, dentre outros. Estas informações contribuem para a pergunta norteadora deste artigo: “Como diferentes instituições religiosas no Distrito Federal se posicionam e agem em relação à promoção da acessibilidade comunicacional para pessoas surdas?”

Diante do questionamento e dos dados identificados, foram adotados quatro procedimentos metodológicos para compreender a promoção da acessibilidade comunicacional de pessoas surdas nas instituições religiosas do Distrito Federal: a) revisão bibliográfica sobre acessibilidade comunicacional e comunicação inclusiva; b) análise documental do Estatuto da Pessoa com Deficiência, c) Pesquisa de campo em quatro instituições religiosas; d) Entrevistas com membros das instituições sobre as práticas de comunicação inclusiva de pessoas surdas. Foram visitadas as denominações: Igreja Memorial Batista de Brasília, 905 sul, a Paróquia São Sebastião, do Gama, Assembleia de Deus Cruzeiro do Sul (ADCRUS), no Valparaíso, e o Centro Espírita André Luiz, do Guará 1. As organizações foram escolhidas por sua diversidade e importância numérica no Distrito Federal e entorno.

A Igreja Memorial Batista de Brasília foi fundada em 1960 e integra a Convenção Batista Brasileira, junto com ela, a necessidade de implementar um ministério voltado à comunidade surda de Brasília. Segundo o site da instituição, “A comunidade surda conta com apoio da Igreja para solucionar diversos tipos de demandas. A irmã Cintia Campos Silva atende de segunda a sexta-feira, das 8h às 14 horas, e auxilia os surdos com demandas relacionadas à igreja, necessidades de marcação de consultas médicas, realização de ligações telefônicas e, caso necessário, auxilia na convocação de outros voluntários intérpretes para acompanhar a pessoa surda quando for preciso. Também atua no aconselhamento e auxilia em estudos bíblicos e secundários e em cursos gratuitos para voluntários ouvintes aprenderem a língua de sinais.

Darlene Coelho Sepúlveda Contaifer, voluntária do ministério, informou que o projeto tem cerca de 20 voluntários, nem todos intérpretes. Além das interpretações dos cultos, o Ministério oferece acessibilidade em todas as atividades da igreja, como o dia da família Memorial, cantatas e acampamentos, garantindo a inclusão dos surdos. Nos cultos em libras, um ouvinte dá suporte aos participantes surdos, e os voluntários ajudam com questões fora da igreja, como problemas de comunicação familiar, no trabalho ou questões médicas.

Após a entrevista, em uma pesquisa a respeito da convenção em que a igreja está inserida, descobriu-se também que a Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira teve grande contribuição para o processo de complemento da língua de sinais, Libras, já que produziu o livro “O clamor do Silêncio” (Manhães, 2023) que consiste em um manual de sinais bíblicos utilizados por intérpretes para traduzir celebrações.

Uma entrevista foi realizada com Cristiane Ferreira, ex-aluna do curso de Libras da Paróquia São Sebastião, localizada no Gama, DF. A igreja oferece um curso de Libras à comunidade local para promover a comunicação inclusiva. Além disso, a Paróquia disponibiliza intérpretes na missa das 8 horas da manhã todos os domingos, o que leva muitos surdos a frequentarem a igreja neste dia e horário.

Segundo a entrevistada, o conhecimento sobre a existência do curso chegou por meio da própria igreja, por meio dos avisos durante as celebrações e de faixas de divulgação, o que indica que os canais internos de comunicação foram eficazes em alcançar os interessados. O interesse de Cristiane nasceu do desejo pessoal de “aprender algo novo”, demonstrando que a proposta do curso também despertou a curiosidade e o desejo de ampliar seus conhecimentos, para além de uma motivação profissional.

A experiência nas aulas foi considerada positiva, com destaque para os aprendizados sobre a comunidade surda e sua realidade social. Cristiane relatou: “Aprendi bastante... Saber me comunicar com os surdos, conhecer a história deles... Eu achava que todo surdo sabia ler e escrever, mas a maioria não sabe”. Esse depoimento revela um aspecto importante: o curso contribuiu para desconstruir estereótipos e ampliar a compreensão sobre as barreiras enfrentadas pelas pessoas surdas, especialmente a falta de políticas públicas e de investimento na educação bilíngue.

Apesar dos pontos positivos, a entrevistada destacou também desafios e sugestões de melhoria. O custo do curso (R\$600) foi apontado como uma barreira importante à participação de mais pessoas. Além disso, Cristiane sugeriu que as aulas poderiam ser

mais práticas e com maior contato direto com pessoas surdas, para favorecer a fluência e a compreensão da Libras como língua viva. Ela também comentou sobre a dificuldade de aprendizagem com a professora surda, mencionando que a ausência da língua oral em sala pode ter dificultado a compreensão de iniciantes.

Quanto ao papel da igreja, Cristiane reconheceu que houve apoio na estruturação do curso, com a disponibilização de salas e comunicação institucional, mas relatou que o apoio da comunidade em geral foi limitado, não havendo uma mobilização mais ampla para integrar ou incentivar os alunos.

Mesmo com esses desafios, Cristiane afirmou que recomendaria o curso para outras pessoas, destacando que se trata de uma formação necessária diante da alta demanda por profissionais que dominem Libras em diversos contextos de trabalho. No entanto, também reconheceu que, por ter interrompido o uso da língua, seria necessário “recomeçar” para reativar seu aprendizado.

Em sequência, foi feita uma visita no Centro Espírita André Luiz, buscando encontrar pessoas com deficiência auditiva para compreender como se dá a inclusão e a participação dessas pessoas nas atividades do local. No entanto, não conseguimos identificar frequentadores com esse perfil no momento em que estivemos presentes.

Em um diálogo com o segurança do centro, ficou evidente que, até pouco tempo atrás, uma senhora cadeirante frequentava regularmente o espaço, mas infelizmente veio a falecer. Em um segundo encontro em busca de identificar frequentadores surdos no centro, não foi possível identificá-los, além de não terem informações disponíveis sobre a presença atual desse público.

Por fim, foi realizada uma entrevista com Gilsara Lins, membro da Assembleia de Deus Cruzeiro do Sul. A conversa revelou um panorama comum em diversas comunidades religiosas: a ausência de uma estrutura permanente voltada ao acolhimento de fiéis surdos. Segundo Gilsara, a congregação atualmente não conta com membros surdos ativos, tampouco dispõe de intérpretes de Libras (Língua Brasileira de Sinais) de forma contínua. Ela mencionou que, ocasionalmente, em eventos específicos, pode haver a presença de intérpretes, mas isso não é uma prática regular. Isso demonstra que a acessibilidade ainda é tratada de forma pontual, dependendo da ocasião e da organização do evento, e não como uma política institucional constante.

Essa realidade reforça a importância de refletir sobre como a fé e a inclusão podem (e devem) caminhar juntas. Embora muitas igrejas brasileiras já tenham iniciado

movimentos para tornar seus cultos mais acessíveis, especialmente com a presença de intérpretes de Libras, outras ainda enfrentam desafios estruturais e de conscientização para garantir o direito à participação plena de todos os fiéis, independentemente de suas condições físicas ou sensoriais.

A ausência de surdos na congregação pode ser, inclusive, um reflexo da própria falta de acessibilidade em um ciclo que precisa ser quebrado por meio de iniciativas intencionais. Afinal, a inclusão não deve depender exclusivamente da presença de pessoas com deficiência, mas sim de um compromisso ético, espiritual e comunicacional com a dignidade humana.

Considerações finais

A inclusão de pessoas surdas nas instituições religiosas brasileiras ainda enfrenta barreiras significativas, especialmente no que diz respeito à acessibilidade comunicacional. Este estudo evidenciou que, quando há iniciativas intencionais como a do ministério de surdos da Igreja Memorial e da Paróquia São Sebastião, essas barreiras podem ser superadas por meio de práticas sensíveis, acolhedoras e comprometidas com os direitos humanos e com a cidadania plena.

A atuação desses serviços vai além da simples tradução de cultos para Libras — ela representa um verdadeiro esforço de integração, que reconhece a comunidade surda como parte essencial da vivência em sociedade. Através de ações contínuas, como o apoio em eventos da igreja, o curso, o acompanhamento em demandas pessoais e o uso de recursos visuais e linguísticos adequados, é possível construir um ambiente onde a espiritualidade seja vivida com dignidade, autonomia e pertencimento.

A pesquisa demonstrou que, quando há intencionalidade e respeito, a igreja se torna um espaço de cidadania, no qual a fé não é apenas proclamada, mas compartilhada de forma inclusiva. Os exemplos da Igreja Memorial e da Paróquia mostram que a inclusão pode, e deve, ser parte central da missão de qualquer instituição religiosa.

Esse cenário reforça a urgência de políticas de comunicação inclusivas e convida à reflexão sobre o papel da crença como um direito universal. É fundamental que outras comunidades de fé se inspirem em experiências como a das instituições relatadas e avancem em direção a um compromisso real com a diversidade e a acessibilidade.

Diante da ausência de pessoas surdas e com outras deficiências nas outras duas instituições, percebe-se a importância de refletir sobre a acessibilidade e o acolhimento.

É fundamental que esses espaços se preparem de forma estruturada para garantir a participação plena de todos os indivíduos, respeitando suas especificidades.

Portanto, parcerias com universidades que possuem profissionais intérpretes de libras e projetos de extensão que visam à promoção da acessibilidade são fundamentais para essas instituições, uma vez que promovem a inclusão e abrem espaço para que pessoas surdas tenham acesso à religião e ao direito de exercer a fé. Além disso, preparar os espaços de culto e convivência para receber pessoas com outras deficiências, como cadeirantes, é essencial.

Dessa forma, este trabalho contribui para o campo da comunicação inclusiva e propõe que uma fé verdadeiramente acessível não seja apenas um ideal, mas uma prática contínua em todas as expressões de religiosidade no Brasil.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

BUENO, Wilson. **Comunicação empresarial:** políticas e estratégias. São Paulo, Saraiva, 2009.

SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 7. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=fvJQEQAQBAJ>.

STORTO, Andréa Fernandes. Surdez e religião: notas sobre a presença de pessoas Surdas nas práticas religiosas. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 7, n. 20, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/26605465.pdf>

ARAÚJO, Yasminn Furtado de Lacerda; COURA, Alessandro Silva; FRANÇA, Inácia Satiro Xavier de; et al. *A acessibilidade das pessoas com deficiência física nos templos religiosos: Uma análise de constitucionalidade do Decreto nº 10.014/2019*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/items/28ed773f-8384-42b5-a721-64d68be6f83f>.

CARTER, Erik W.; TUTTLE, Michael; SPANN, Emilee; LING, Charis; JONES, Tiffany B. *Addressing Accessibility Within the Church: Perspectives of People with Disabilities. Journal Of Religion and Health*, v. 62, n. 4, p. 2474–2495, ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10943-022-01508-6>

KAUHAUS, Hanna. *Fostering Diversity in Congregations: a practical framework for local Churches to reflect and improve accessibility. Ecclesial Futures*, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 62–76, 2025. DOI: 10.54195/ef22183. Disponível em: <https://ecclesialfutures.org/article/view/22183>